

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO	7
INTRODUÇÃO DA AUTORA.....	11
PANORAMA DO TRABALHO.....	33
1. DISCIPLINA DO COMPORTAMENTO DOS AGENTES ECONÔMICOS NOS MERCADOS E CONCORRÊNCIA: TRÊS MOMENTOS DIVERSOS...	37
1.1. Introdução	37
1.2. O primeiro período. A disciplina da concorrência para eliminar distorções tópicas.....	41
1.2.1. Antiguidade grega	41
1.2.2. Antiguidade romana.....	44
1.2.3. Idade Média.....	46
1.2.4. Mercantilismo.....	54
1.2.5. A discussão entre os teóricos	57
1.3. O segundo período. A concorrência e o liberalismo econômico....	59
1.3.1. Estados Unidos da América. O <i>Sherman Act</i> . Seu signifi- cado no contexto de evolução da disciplina da concor- rência. A coroação do segundo período	70
1.3.2. O contexto social, econômico e político do <i>Sherman Act</i> ...	72
1.3.3. A atualidade das discussões que antecederam a promul- gação do <i>Sherman Act</i>	78
1.4. O terceiro período. As normas antitruste como instrumento de im- plementação de políticas públicas. A concorrência-instrumento...	80

2. A CONCORRÊNCIA NO BRASIL.....	89
2.1. A fase fiscalista.....	89
2.2. D. João VI e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil ...	93
2.3. O Brasil independente.....	97
2.4. Constituições brasileiras de 1934 e 1937. Dec.-lei 869, de 1938 ...	100
2.5. A luta contra os trustes e seu caráter nacionalista. Agamemnon Magalhães	106
2.6. Dec.-lei 7.666, de 1945.....	108
2.7. Constituição de 1946 e os diplomas de repressão ao abuso do poder econômico emanados sob sua égide.....	111
2.7.1. Lei 4.137, de 1962. Vinte e nove anos de vigência desprovida de eficácia material.....	113
2.7.1.1. Os debates que antecederam a promulgação da Lei Antitruste e a discussão sobre sua necessidade e função.....	113
2.7.1.2. As sempre repetidas críticas lançadas contra o projeto de Agamemnon Magalhães e o texto que acabou por ser promulgado	115
2.7.1.3. A constante busca por segurança e previsibilidade	116
2.7.1.4. Lei 4.137, de 1962.....	119
2.7.1.4.1. A associação de empresas	119
2.7.1.4.2. A possibilidade de autorização de práticas restritivas	120
2.7.1.5. A falta de eficácia material da Lei 4.137, de 1962. Contradição entre seu texto e a política concentracionista atuada pelo governo federal?	121
2.7.1.6. Lei 4.137: um punhado de “surtos de vigência”....	124
2.8. Lei 8.158, de 1991	125
2.9. Lei 8.884, de 1994	126

2.10. Lei 12.529, de 2011	127
2.11. Os desafios do antitruste no Brasil de hoje.....	129
3. O SISTEMA DA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA	131
3.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Estrutura administrativa	132
3.1.1. Superintendência-Geral.....	132
3.1.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	133
3.1.3. Departamento de Estudos Econômicos.....	134
3.1.4. Procuradoria-Geral do CADE	134
3.2. Práticas restritivas e caracterização da ilicitude pelos efeitos.....	134
3.3. Disciplina das infrações à ordem econômica e das concentrações na Lei 12.529, de 2011. Conexão entre os arts. 36 (tipificação e exemplificação das infrações), 88 (dever de submissão e análise das concentrações) e 90 (definição das concentrações que devem ser submetidas à apreciação governamental).....	138
3.4. Ainda sobre a caracterização da ilicitude pelos efeitos da prática. Os incisos do art. 36, <i>caput</i> , da Lei 12.529/2011	140
3.4.1. Art. 36, <i>caput</i> , I: tutela da livre-concorrência e da livre-iniciativa.....	140
3.4.2. Incs. II e IV do art. 36, <i>caput</i> , da Lei Antitruste. Domínio de mercado e abuso de posição dominante. Ainda a tutela da livre-concorrência e da livre-iniciativa	143
3.4.3. Inc. III do art. 36 da Lei Antitruste. A tutela do consumidor, além da livre-iniciativa e da livre-concorrência	144
3.4.4. As duas almas do art. 36 da Lei 12.529, de 2011	147
3.5. Efeitos potenciais dos atos restritivos da concorrência.....	147
3.6. A forma do ato	148
3.7. Os sujeitos da Lei Antitruste. Sujeitos públicos e sujeitos privados.....	149

3.8.	A responsabilidade do grupo pelas infrações à ordem econômica.....	150
3.9.	Procedimentos administrativos no âmbito do CADE.....	151
3.9.1.	Procedimentos relacionados à apuração de infrações à ordem econômica	151
3.9.2.	Procedimentos relacionados à aprovação de concentrações econômicas pelo CADE.....	152
3.10.	Acordos entre a Administração Pública e empresas: compromissos de cessação, acordo em controle de concentração e acordo de leniência.....	154
3.10.1.	Compromissos de cessação (art. 85).....	154
3.10.2.	Acordos em controle de concentrações (referido nos arts. 9.º, V, 13, X e 46, § 2.º)	156
3.10.3.	Acordos de leniência (art. 86).....	156
3.11.	A cessação imediata de práticas danosas à concorrência: ordens de cessação, medidas preventivas, liminares e antecipação de tutela	157
3.12.	Lei Antitruste e atuação do Ministério Público	158
3.13.	A aplicação privada da Lei Antitruste. O incentivo às ações que visam à reparação de danos	160
3.14.	Lei Antitruste e atuação do Poder Judiciário. A revisão das decisões do CADE	162
4.	OS OBJETIVOS DAS LEIS ANTITRUSTE: AS POLÍTICAS ECONÔMICAS ATUADAS.....	165
4.1.	As escolas de pensamento antitruste: a consolidação da Escola de Chicago no cenário norte-americano.....	170
4.2.	A visão europeia do antitruste: a concorrência instrumental	186
4.2.1.	O protecionismo dos Estados-Membros e o conflito com as regras europeias de tutela da livre-concorrência.....	190
4.3.	O caso brasileiro: as bases constitucionais e a concorrência-instrumento	193

4.4.	As normas antitruste como instrumentos de implementação de políticas públicas	195
5.	AS VÁLVULAS DE ESCAPE DAS LEGISLAÇÕES ANTITRUSTE	201
5.1.	Primeira válvula de escape. Regra da razão, isenções e autorizações	203
5.1.1.	O sistema norte-americano: <i>rule of reason</i>	203
5.1.1.1.	O sistema norte-americano e as isenções em bloco	207
5.1.2.	O sistema europeu. As isenções	212
5.2.	O sistema brasileiro. Risco jurídico e consultas	216
5.2.1.	As isenções antitruste em bloco no sistema brasileiro e seu fundamento jurídico. Lei geral de defesa da concorrência e leis específicas (microsistemas jurídicos)	217
5.3.	Segunda válvula de escape. O conceito de mercado relevante.....	220
5.3.1.	O mercado relevante geográfico	222
5.3.2.	O mercado relevante material	226
5.3.3.	A elasticidade do mercado relevante	235
5.3.4.	A delimitação do mercado relevante nos Estados Unidos. O teste do monopolista hipotético e o risco de “falsos negativos”	238
5.3.5.	A delimitação do mercado relevante na Europa.....	242
5.3.6.	A delimitação do mercado relevante no Brasil e a influência do sistema norte-americano.....	243
5.4.	Terceira válvula de escape. O jogo do interesse protegido.....	244
5.4.1.	Lei de tutela da concorrência ou lei de repressão ao abuso do poder econômico?	249
5.4.2.	Lei Antitruste, Lei da Propriedade Industrial e Código de Defesa do Consumidor.....	250
5.4.2.1.	Concorrência desleal e lei antitruste	251
5.4.2.2.	Código de Defesa do Consumidor.....	255

5.5.	As válvulas de escape e a insegurança jurídica. O direito concorrencial e a previsibilidade necessária à atuação dos agentes econômicos	256
6.	POSIÇÃO DOMINANTE E SEU ABUSO	267
6.1.	Considerações iniciais sobre posição dominante.....	267
6.1.1.	Poder econômico, posição dominante e potestas.....	267
6.1.2.	Vantagem competitiva e posição dominante. Uso e abuso do poder econômico.....	272
6.2.	O agente econômico detentor de posição dominante.....	278
6.3.	Determinação da existência de posição dominante	280
6.3.1.	Indicativos da existência de posição dominante	281
6.3.1.1.	<i>Market share x market power</i>	281
6.3.1.2.	Concorrência potencial e barreiras à entrada de novos agentes econômicos. Mercados contestáveis.....	283
6.3.1.3.	Comportamento/dependência dos consumidores e/ou fornecedores.....	287
6.3.1.4.	Potência econômica da empresa.....	288
6.3.1.5.	Estrutura avançada da empresa, com alto grau de integração vertical.....	289
6.3.1.6.	Domínio de tecnologia	289
6.3.1.7.	Capacidade de coleta, processamento e exploração de <i>big data</i>	290
6.3.1.8.	Grau de crescimento do setor.....	291
6.3.1.9.	Aspecto temporal.....	291
6.3.1.10.	Vantagem da primeira jogada; existência de consumidores cativos	291
6.3.1.11.	Domínio dos canais de distribuição	292
6.3.2.	A necessária conjugação dos indicativos.....	292
6.3.3.	Da estrutura do mercado ao comportamento da empresa...	293

6.4.	Posição dominante derivada de vantagem competitiva. A atenção das autoridades antitruste. A “responsabilidade especial” das empresas em posição dominante	294
6.5.	Abuso de posição dominante. Algumas práticas típicas	297
6.5.1.	Imposição de preços abaixo do custo.....	298
6.5.1.1.	Venda justificada	299
6.5.1.2.	Racionalidade da conduta de preços predatórios.....	301
6.5.1.3.	Os parâmetros para a determinação do “custo” referido pelo art. 36, § 3.º, XV, da Lei 12.529/2011.....	303
6.5.2.	Imposição de preços de aquisição de matérias-primas dos concorrentes.....	305
6.5.3.	Vendas casadas	306
6.5.3.1.	Definição de vendas casadas e critérios para aferir sua ilicitude	306
6.5.3.2.	A venda casada e o aumento de participação no mercado do produto vinculado	309
6.5.3.3.	Fechamento (<i>foreclosure</i>) do mercado do produto vinculado	311
6.5.3.4.	Discriminação entre os adquirentes	312
6.5.3.5.	Segurança da qualidade do produto	313
6.5.3.6.	Outros efeitos das vendas casadas	313
6.5.3.7.	A visão norte-americana das vendas casadas. O caso Kodak	315
6.5.3.8.	A visão europeia das vendas casadas	319
6.5.3.9.	Vendas casadas: as lições dos casos Microsoft nos EUA e na União Europeia. O caso Google-Android	320
6.6.	A interface entre direito da concorrência e propriedade intelectual: o grande desafio dos próximos anos. Práticas ligadas ao abuso de “exclusivos” (ou direitos de propriedade intelectual)	324

6.6.1.	A importância da inovação.....	332
6.6.2.	Recusa de contratar e facilidades essenciais.....	333
6.6.2.1.	A posição norte-americana	335
6.6.2.2.	A posição europeia	337
6.6.3.	A Lei Antitruste brasileira e a Propriedade Intelectual ...	340
6.7.	Dependência econômica e abuso de posição dominante.....	341
7.	ACORDOS ENTRE AGENTES ECONÔMICOS.....	347
7.1.	Acordos verticais e acordos horizontais. Definição	348
7.2.	Acordos horizontais: os cartéis	349
7.2.1.	Os cartéis e suas justificativas	354
7.2.2.	Os cartéis de preço	355
7.2.3.	Acordos entre agentes econômicos. Circunstâncias fáticas que estimulam os cartéis	357
7.2.4.	<i>Price leadership</i>	360
7.2.5.	Cartéis, paralelismo consciente e a prova da infração à ordem econômica.....	361
7.2.6.	Uma constante exceção: os cartéis de exportação.....	366
7.3.	Acordos verticais: a proteção da concorrência entre não concorrentes	369
7.4.	Contratos entre fornecedores e distribuidores. Restrições verticais e seus tipos.....	370
7.4.1.	Efeitos pró-concorrenciais dos acordos verticais	372
7.4.2.	Acordos verticais e economia dos custos de transação ...	375
7.4.3.	Acordos verticais e coibição da atuação de <i>free riders</i>	379
7.4.4.	Efeitos anticoncorrenciais das restrições verticais	380
7.4.4.1.	Fechamento do mercado	380
7.4.4.2.	O aumento dos custos dos concorrentes.....	383
7.4.4.3.	Restrições verticais e a facilitação de cartéis.....	384

7.4.4.4.	A diminuição das opções do consumidor. Diminuição do grau de concorrência no ponto de venda	385
7.4.4.5.	Arrefecimento da concorrência intramarca. Facilitação de conluio	387
7.4.4.6.	Exploração de falhas de informação dos consumidores	389
7.4.4.7.	Aumento dos preços para os consumidores	390
7.4.4.8.	Levantamento de barreiras à entrada de <i>discounters</i>	390
7.4.4.9.	Prejuízo aos consumidores inframarginais (<i>inframarginal consumers</i>) e indução de publicidade excessiva	391
7.4.5.	Imposição/sugestão dos preços de revenda. Exemplos do direito comparado	392
7.4.6.	A fixação de preços mínimos de revenda no Brasil	402
7.4.7.	Acordos verticais e exclusividade	403
7.5.	Os acordos verticais e as vendas pela Internet	406
7.6.	Análise caso a caso dos acordos verticais e o atual momento da economia brasileira	408
8.	CONCENTRAÇÕES ENTRE AGENTES ECONÔMICOS	411
8.1.	As formas assumidas pelas concentrações. Art. 90 da Lei 12.529/2011	412
8.2.	As concentrações e seus tipos	416
8.3.	Razões da concentração	418
8.4.	Disciplina das concentrações. Ponderação entre benefícios e prejuízos concorrenciais	420
8.5.	Avaliação das concentrações pelas autoridades antitruste	426
8.6.	Impacto das concentrações sobre o mercado	431

8.7.	Mecanismo da Lei Antitruste Brasileira para viabilizar as concentrações econômicas. Análise e autorização pelo CADE	435
8.7.1.	Crítérios para determinação da necessidade de submissão da operação de concentração ao CADE	436
8.7.2.	Controle prévio da operação de concentração	438
8.7.2.1.	Nota sobre os sistemas norte-americano e europeu.....	438
8.7.3.	Revisão da autorização pelo CADE	439
8.7.4.	O acordo em controle de concentrações	440
8.8.	A tendência mundial de fraca implementação do controle de concentrações	441
9.	EXTRATERRITORIALIDADE DAS LEIS ANTITRUSTE	443
9.1.	Conflito de jurisdições.....	448
9.2.	Limites à extraterritorialidade. As leis de bloqueio (<i>blocking laws</i>).....	451
9.3.	Os obstáculos enfrentados pelas empresas. As concentrações internacionais e sua apreciação por várias jurisdições.....	456
9.4.	Proposta para diminuição dos conflitos de leis e de jurisdição ...	458
	BIBLIOGRAFIA	461
	OBRAS DA AUTORA	511